



O CONCEITO DE LIBERDADE NA CONCEPÇÃO DE SANTO AGOSTINHO

Dailan dos Santos Brito¹

Irineu Letenski²

RESUMO: Esta pesquisa pretende apresentar o conceito de liberdade na concepção de Santo Agostinho. Para alcançar este objetivo, fez-se necessário aprofundar a sua história e os seus combates filosóficos, por isso, apresentaremos as suas posições frente às principais heresias de seu tempo. Discorreremos sobre as correntes filosóficas que influenciaram no seu pensamento filosófico, destacando assim o maniqueísmo, doutrina da qual ele fez parte antes de se converter ao catolicismo. Algumas heresias foram uma verdadeira afronta à liberdade do homem e à ação da graça divina, e isto fez com que Santo Agostinho afirmasse que a origem do mal provém da liberdade do homem. Neste sentido, a liberdade está corrompida pelo pecado. Veremos a diferença entre liberdade e livre-arbítrio, o papel de cada um e a relação entre ambos. Por fim, abordaremos o papel da Graça de Deus e a sua ajuda ao homem para evitar o mal, dado que este é fruto do mau uso do livre-arbítrio.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Agostinho; Liberdade; Livre-arbítrio; Graça; Vontade.

A questão da liberdade do ser humano sempre foi abordada em diversas ocasiões, muitos são os filósofos que trabalham este tema. A dúvida que sempre fica é se o homem é ou não de fato livre, alguns filósofos utilizam afirmações que, de certa forma, parecem uma contradição, como é o caso de Jean-Paul Sartre que afirma o homem como condenado a ser livre. Agostinho em sua obra *O livre-arbítrio* apresenta uma noção de liberdade que é auxiliada pela graça. O tema central deste trabalho é a liberdade, mas para entender este conceito faz-se necessário entender as influências filosóficas que contribuíram para o pensamento de Agostinho de Hipona. Frente a isto estão também as heresias que exigiram dele uma posição para esclarecer as Verdades Eternas, as

¹ Bacharel em filosofia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e estudante de teologia no Claretiano - Centro Universitário (CEUCLAR). Este artigo foi elaborado a partir da monografia (TCC) orientada pelo Prof. Dr. Irineu Letenski. E-mail: dailansb09@gmail.com

² Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), professor de filosofia na Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e no Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC). E-mail: irineule@gmail.com

interpelações de tais heresias culminaram em diversas obras que foram escritas ao longo de sua vida.

Agostinho buscou defender a doutrina cristã, combatendo assim as heresias de seu tempo, em contrapartida as heresias contribuíram para o desenvolvimento de sua filosofia e de sua maneira de pensar o livre-arbítrio, outro tema que abordaremos.

A obra central para este trabalho é o livro denominado *O livre-arbítrio*, além desta obra, serão utilizados outros livros, como é o caso das *Confissões*, das *Retratações* e da *Graça (II)*, sendo este último utilizado para entender a ação da graça. Outro livro muito citado neste trabalho é o de Étienne Gilson chamado *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*.

1. A biografia e a gênese do seu pensamento

Santo Agostinho conhecido também como Agostinho de Hipona, nasceu no ano 354, na cidade de Tagaste³, atual Argélia. Seu pai Patrício era pagão e antes de morrer converteu-se ao cristianismo, já sua mãe chamada Mônica era cristã. Agostinho cresceu seguindo uma doutrina pagã, isto é, a doutrina maniqueísta que como veremos mais à frente, enxergava um dualismo moral no mundo.

Ainda na sua juventude encontra-se a influência de sua mãe em relação aos ensinamentos divinos, pois foi através dela que recebeu algumas noções sobre Deus. Todavia, isto não foi suficiente dado o fato de ter sido educado em meio ao paganismo, ou seja, tudo que ele conhecia sobre Deus era por influência de sua mãe, de uma catequese inicial e das cartas de São Paulo:

A precária instrução recebida de Mônica não se revelou suficiente para neutralizar as influências da educação pagã que lhe foi ministrada na Escola de Tagaste e (dos onze aos dezesseis anos) em Madaura. Alcançada a idade de 16 anos, retornou à casa paterna, onde passou um ano na ociosidade, enquanto o pai providenciava os meios necessários para mandá-lo a Cartago. Por esse tempo começou Agostinho a entregar-se a toda sorte de excessos: "*Excesserunt caput meum vepres libidinum*"⁴.

A sua vida passou cada vez mais por muitas transformações durante este período. Um dos grandes marcos foi a morte de seu pai e a partida para Cartago, cidade que no seu tempo era o centro comercial mais importante do Mediterrâneo. Cartago depois foi destruída pela República Romana.

³ Tagaste era uma antiga cidade do norte da África, em suas ruínas foi construída a atual cidade de Souk Ahras, na Argélia.

⁴ BOEHNER, P; GILSON, E. *História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.142.

Em 371, faleceu o seu pai e Agostinho se transferiu para Cartago com a finalidade de estudar literatura e retórica, da qual se tornaria depois professor. Em 372, nasceu seu filho, Adeodato, fruto de um relacionamento que mantivera com uma mulher até 384. Em 373, na mesma cidade de Cartago, e em meio a uma vida de prazeres, Agostinho leu o *Hortensius* de Cícero, diálogo desenvolvido sob modalidade de uma exortação à filosofia. Esta obra, que infelizmente se perdeu, o inflamou profundamente. Entrementes, o jovem estudante se desiluiu com a linguagem das Escrituras e encontrou no maniqueísmo uma vida que, aparentemente, aplacaria seus conflitos e suas dúvidas. Efetivamente os maniqueus se vangloriavam não somente de apresentarem uma explicação racional do universo e da existência do mal, mas também de propiciarem os meios aptos a se libertar da matéria que, segundo eles, era intrinsecamente má. Agostinho arredou de entusiasmo por essa nova seita, na qual, ao longo de doze anos, experimentou decepções e esperanças. À medida, porém, que se aprofundava a sua luta interior, novas dúvidas e novos questionamentos ressurgiam com mais intensidade ainda⁵.

Por um certo tempo Agostinho simpatizou com o maniqueísmo⁶, isto é, aceitando e concordando com a filosofia maniqueísta, da qual fez posteriormente uma crítica radical. Acrescentando-se a isso, a sua luta contra o pelagianismo e o donatismo, a sua preocupação com o problema do mal e a consequente formulação da doutrina do pecado original⁷. Durante este tempo passou por momentos turbulentos e tinha muitas questões que não eram esclarecidas por tal doutrina, até que se converteu ao catolicismo, quando o seu filho Adeodato já possuía 15 anos. A sua passagem do maniqueísmo para o cristianismo se deu em grande parte por conta de sua mãe, que por anos desejou a sua conversão e rezou para que ela se cumprisse. A conversão se deu também pela influência do Bispo Ambrósio⁸:

Santo Ambrósio foi um dos primeiros exegetas ocidentais a fazer uso da interpretação alegórica, tal como fora praticada pelos alexandrinos. Com grande perícia procurava convencer seus ouvintes de que a Escritura sempre comporta um sentido aceitável, e até mesmo profundo, desde que saibamos entendê-la corretamente. Sob a letra indagava do sentido espiritual, o que lhe permitia eliminar muitos antropomorfismos. Por esse meio pôde desvendar melhor a sabedoria divina oculta na Escritura, distanciando-se a si e a Igreja docente das necessidades dos maniqueus e de muitos católicos. Esta descoberta provocou uma verdadeira revolução no pensamento de Agostinho⁹.

Após sua conversão, Agostinho recebeu o sacramento do batismo pelo Bispo Ambrósio que batizou também seu filho Adeodato, todavia, pouco tempo depois, sofreu com a morte de seu filho e também com a morte de sua mãe Mônica. Agostinho foi ordenado sacerdote em 391 e Bispo de Hipona em 396. Ele faleceu nesta mesma cidade

⁵ DE ALMEIDA, R. M. *História da filosofia medieval*. Curitiba, PR: FASBAMPRESS, 2021, p. 62.

⁶ Sobre o maniqueísmo, bem como o pelagianismo e o donatismo, aprofundaremos logo em seguida.

⁷ O pecado original é entendido para os cristãos, como a causa das imperfeições inerentes ao ser humano, a causa do mal e a razão do sofrimento, tudo isto a partir de Adão e Eva. Como afirma Santo Agostinho, o homem herdou esta fraqueza, esta inclinação para o mal, que foi passada pelos seus predecessores.

⁸ Aurélio Ambrósio nasceu por volta do ano 339 em Trêves, que fica na atual Alemanha. De família católica, seu pai exercia função de governador de uma província que ficava no norte da Itália. Após a morte de seu pai, a família de Ambrósio mudou-se para Roma. Em 374, Ambrósio foi escolhido para ser o Bispo de Milão, e morreu nesta mesma cidade no ano de 397.

⁹ BOEHNER, P; GILSON, E. *História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.144.

no ano 430. Tempos depois, foi canonizado como santo protetor dos teólogos. Dentre as suas obras mais importantes estão *Confissões* (400), *A Cidade de Deus*, *Retratações*, *O livre-arbítrio*¹⁰ que é o livro base para o objeto de nosso estudo.

A filosofia de Santo Agostinho está em íntima relação com a fé, ele não se preocupa em estabelecer limites entre a fé e a razão. A sua doutrina é, de modo eminente, teológica, os conceitos surgem de uma perspectiva essencialmente cristã e justamente por isto, combate muitas heresias de seu tempo. Neste sentido, os elementos filosóficos são sempre iluminados pela fé, por consequência, é impossível separá-los dos elementos teológicos em seu pensamento. Deve-se destacar que a sua formação filosófica foi sobretudo neoplatônica, a ponto de receber o nome de “Platão cristão”. Assim, é considerado porque Agostinho renova pelo cristianismo as investigações que fizeram parte das especulações platônicas¹¹.

Muitas foram as questões trabalhadas e refletidas por Agostinho e quanto à natureza humana, apesar da sua condição de “imagem e semelhança” de Deus e da liberdade fundamental, apresenta uma perturbação, considerada a raiz dos males que afligem o homem e a humanidade, fato que, especialmente a partir de seu pensamento, foi integrado na doutrina do “pecado original”. Veremos que para ele a origem do mal não provém de Deus, mas da liberdade do homem.

O Bispo de Hipona foi um grande autor e defensor da Igreja e teve grande destaque pelo combate às heresias que abalavam a doutrina cristã. Algumas das grandes heresias ganharam destaque no seu tempo, como o maniqueísmo e o donatismo; já o pelagianismo acabou surgindo no início do século V, período da ascensão filosófica agostiniana. Para conhecermos mais sobre esses assuntos trataremos agora do que consiste tais heresias.

1.1. As principais heresias combatidas por Santo Agostinho

Denomina-se heresia o pensamento contrário a uma religião ou verdade de fé, enquanto ela se fundamenta contra uma doutrina, ou seja, o herege faz uma opção, escolhe seguir um destino contrário a determinada doutrina. Olhando para um lado cristão, a heresia é uma falsa doutrina, justamente porque ela parte de uma crença distinta daquela

¹⁰ “Esta importante obra tem como tema o problema da liberdade humana e o da origem do mal moral.” AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 13.

¹¹ ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. v. 2. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 179.

que a fé cristã defende. Como se encontra no Catecismo da Igreja Católica, a heresia é a negação pertinaz de alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou seja, é a dúvida pertinaz acerca dela. O Catecismo ainda faz distinção entre, apostasia e cisma em que este último é a recusa da sujeição ao Sumo Pontífice e à comunhão com os membros da Igreja que lhe estão sujeitos, enquanto apostasia é o repúdio total da fé cristã¹².

Podemos perceber que para haver uma heresia, deve-se seguir uma fé contrária e contestar determinada crença. Muitas delas foram combatidas por Santo Agostinho e pelos Padres da Igreja¹³, dentre as quais, o maniqueísmo, o donatismo e o pelagianismo que carregam um pensamento distinto sobre a fé cristã. De modo sintético, a heresia donatista buscava uma igreja puramente africana que fosse independente de Roma, ou seja, que a igreja africana fosse resolutamente hostil ao Estado Romano e sabiamente Agostinho argumentou contra ela. Já o pensamento do pelagianismo negava ou limitava a ação da graça divina, ou seja, Deus não possuía total poder. O maniqueísmo enxergava um dualismo moral no mundo. Tais heresias tiveram influências no conceito de liberdade do homem, na visão de Santo Agostinho.

1.1.1 Maniqueísmo

O maniqueísmo se refere a uma heresia fundada por Mani, um sacerdote persa que viveu no século III. Por si mesmo, Mani se classificava como o último dos profetas, isto é, ele se considerava o mensageiro que devia levar a doutrina cristã à perfeição. No *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano, encontramos que o maniqueísmo é uma mistura fantasiosa de elementos gnósticos cristãos e orientais fundamentados no dualismo de Zaratustra¹⁴. Ainda sobre o maniqueísmo são apresentados dois princípios:

Um princípio do bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas. No homem, esses dois princípios são representados por duas almas: a corpórea, que é a do mal, e a luminosa, que é a do bem. Pode-se chegar ao predomínio da alma luminosa através de uma ascese particular, que consiste em três selos: abstenção de alimentar-se de carne e de manter conversas impuras; abstenção da propriedade e do trabalho; abstenção do casamento e do concubinato. O Maniqueísmo foi muito difundido no Oriente e no Ocidente; aqui durou até o séc. VII¹⁵.

¹² CATECISMO da Igreja Católica: Edição revisada de acordo com o texto oficial em latim. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Paulus, Ave-Maria, 1999, parágrafo 2089.

¹³ Padres da Igreja são assim chamados os padres dos oito primeiros séculos que sabiamente defendiam a doutrina da fé cristã, sendo bispos, teólogos, monges, mártires e outros. Dentre os Padres da Igreja, destacamos Santo Agostinho, Justino, Clemente, São Basílio e outros.

¹⁴ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 641.

¹⁵ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 641.

Ainda sobre tal definição, podemos encontrar mais algumas explicações na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia Logos*, em relação ao maniqueísmo. A fonte apresenta Mani como fundador da heresia e afirma que ele fundou a igreja dos últimos tempos ou do Reino das Luzes¹⁶. Além disso, apresenta o dualismo gnóstico no maniqueísmo, no qual:

O maniqueísmo assenta doutrinamente no clássico dualismo gnóstico do espírito e da matéria, do bem e do mal, da luz e das trevas, assumindo de modo absoluto e radical, ou seja, como dualismo substancial ou ontológico. [...] Como princípios substanciais, eternos e antagônicos, o bem e o mal dão origem a duas terras, a dois reinos ou regiões: o reino da luz, espiritual e belo, e o reino das trevas, material e horrendo. O reino da luz é casa do Pai, o trono do Senhor, terra de uma incomparável beleza onde se respira felicidade e alegria. Sob este reino de luz e com ele confiante situa-se o reino das trevas com seus cinco abismos: a corrupção, o fogo, o vento, a água, e as trevas¹⁷.

Podemos aqui perceber que por ter dois reinos opostos, existe conflitos, ou seja, os maniqueus admitiam uma luta eterna entre Deus e o mal. Portanto, elimina-se a onipotência e incorruptibilidade de Deus, pois se o princípio do mal pode prejudicar Deus, Ele não é incorruptível porque pode receber uma ofensa¹⁸. O erro dessa heresia se encontra em ter o mal como realidade contraposta à bondade, pois vemos que os maniqueus caracterizavam como más até as coisas que são boas, como por exemplo, a água, o vento e o fogo. Tais coisas não provêm do mal, mas é mau precipitar-se voluntariamente sobre elas.

De modo sintético, o maniqueísmo parte de três princípios, que são apresentados por Reale e Antiseri, para os quais o maniqueísmo preeminente surge de um vivo racionalismo, é marcado pelo materialismo e segue um dualismo radical na concepção do bem e do mal, sendo princípios ontológicos e cósmicos¹⁹. Reale e Antiseri ainda escrevem utilizando as palavras de Agostinho:

Os maniqueístas, escreve Agostinho, afirmaram “a existência de dois princípios diversos e adversos entre si, mas, ao mesmo tempo, eternos e coeternos [...] e, seguindo outros heréticos antigos, imaginaram duas naturezas e substâncias, a do bem e a do mal. Segundo seus dogmas, afirmam que essas duas substâncias estão em luta e mescladas entre si”²⁰.

Um dos aspectos apresentados, da época em que ele simpatizava com o maniqueísmo, consiste em ser “possível” pela tal doutrina, materializar Deus, isto é, tê-lo como um ente corpóreo.

¹⁶ LOGOS, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. v. 5. São Paulo: Editora Verbo, 1992, p. 610.

¹⁷ LOGOS, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. v. 5. São Paulo: Editora Verbo, 1992, p. 610.

¹⁸ ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. v. 2. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 190.

¹⁹ REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 430.

²⁰ REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 430.

O espírito racionalista de Agostinho sentia-se mais à vontade entre os maniqueus do que entre os cristãos, devido ao caráter acentuadamente materialista da metafísica dessa seita, e à consequente afinidade com suas próprias concepções acerca de Deus e da alma. Segundo a doutrina de Manés, Deus é luz, vale dizer: um ente corpóreo. As almas são meras partículas desta luz divina, desterradas para os corpos visíveis²¹.

Justamente estes pontos sobre o materialismo é que Agostinho identifica como o erro de sua vida. Tais erros ele apresenta no livro *Confissões* onde escreve que:

A amizade dos maniqueus impediam-me de procurar outra coisa, mesmo porque não tinha esperança de encontrar na tua Igreja a verdade da qual me haviam afastado, ó Senhor do céu e da terra, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis. Parecia-me realmente indigno acreditar que havias tomado a imagem humana e circunscrito tua divindade nos limites de um corpo humano. E, no entanto, quando queria pensar no meu Deus, só sabia representá-lo sob a forma de massa corpórea. (Parecia-me que não devia existir nada de incorpóreo.) E esta era a principal e, talvez, a causa única do meu erro²².

As ideias maniqueístas foram fortemente combatidas por Agostinho, justamente por ter feito parte da doutrina maniqueísta e depois ter-se convertido ao catolicismo. Enquanto era maniqueísta Agostinho possuía muitas dúvidas que não eram respondidas por essa doutrina e, após sua conversão, soube então questionar e combater as lacunas deixadas por tal heresia.

Os maniqueus exerceram influência em grande parte do Império Romano e se estenderam a terras mais distantes. Seu pensamento constituía na ideia de que Deus se manifestava ao homem, por meio da Palavra e, com isso, aqueles que eram iluminados por ela seriam agraciados de tal forma que chegariam ao seu conhecimento. Além disso, reconheciam que a alma é um ser divino e o corpo um empecilho para que ela alcance a perfeição, mas, mesmo assim, a perfeição é atingível.

Um dos fatores cruciais que fizeram Agostinho permanecer nesta seita durante nove anos, foi a sua preocupação com o mal. Os maniqueus faziam do mal um princípio fundamental em seu sistema, de forma que não o evitavam, inclusive por conta do mal ser um princípio que compõe a base constituinte da filosofia maniqueísta, juntamente com o bem²³.

Deste modo, também ele deduzia que o mal era uma substância que ocupava um lugar no universo, mas a sua crença o levava a indagar-se porque um Deus bom, poderia criar o mal, uma vez que é improvável que de um bem surja o mal. A partir disso, concluía pela existência de duas substâncias eternas que se opunham uma à outra, embora a boa se

²¹ BOEHNER, P; GILSON, E. *História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 143-144.

²² AGOSTINHO (Santo). *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 134.

²³ EVANS, G. R. *Agostinho sobre o mal*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 29-30.

sobressaísse à má. Com o passar do tempo, Agostinho conheceu a Igreja Católica e se converteu, abandonando seus pensamentos advindos do maniqueísmo. Assim, ele passou a recusar fortemente os ensinamentos desses homens, repudiando o conceito de que a matéria seria má.

1.1.2 Donatismo

Outra heresia que foi combatida e questionada por Santo Agostinho é a denominada donatismo, marcada por buscar uma igreja puramente africana que fosse independente de Roma. Tal heresia não surgiu propriamente na época de Agostinho mas, teve seu apogeu em seu período, conseqüentemente veio também o seu fim, a partir de discursões e fundamentos contrários a ela.

A questão donatista, que era considerada, tipicamente africana, não nascera nos tempos de Agostinho, mas teve seu auge e declínio no tempo dele. A controvérsia donatista teve seu início nos tempos das perseguições do Imperador Dioclesiano (269), quando este obrigou os bispos católicos a entregarem os livros sagrados (*traditio*), mas só seria considerado um cisma em 317, quando foi condenado pelo Imperador Constantino. Já no Concílio Provincial de Cirte, na Numídia, em 305, os bispos mais radicais, que resistiram à entrega dos livros sagrados e que ficaram conhecidos como “rigoristas” (mais tarde donatistas), acusaram de “traidores” (vem da palavra “*traditio*”) os que haviam entregues os referidos livros²⁴.

Essa heresia recebeu tal nome por pertencer a uma doutrina que Donato de Casas Negras²⁵, no século III, passou a comandar. Donato foi quem deu força para esse cisma que tinha como nome “rigoristas”, foi eleito bispo e aproveitando tal cargo introduziu tal movimento na Igreja.

Donato, como “rigorista”, encabeçou um movimento, dentro da Igreja, de condenação à “*traditio*”, como um “crime sem perdão”, e a pregação de uma Igreja só dos puros e santos. Com o passar dos decênios, a controvérsia se tornou um verdadeiro cisma, chegando a guerras doutrinárias e, por vezes, sangrentas. Pela liderança de Donato, o rigorismo passaria a si chamar “donatismo”. Como doutrina, o donatismo pregava uma Igreja de “santos e puros”, não admitindo serem os sacramentos ministrados por homens pecadores. Daí que, quando foi declarado como cisma, estes passaram a exigir um novo batismo para aqueles que aderiam ao movimento²⁶.

Essa doutrina afirmava a absoluta intransigência da Igreja diante do Estado. Como comunidade de perfeitos, a Igreja não deve ter contato com a autoridade civil; as autoridades religiosas que toleram tais contatos cometem traição e perdem a capacidade de administrar os sacramentos. O Donatismo teria

²⁴ COSTA, M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 133-134.

²⁵ Donato de Casas Negras ou simplesmente Donato foi um bispo da Numídia e de Cartago e foi considerado como herege, por provocar um cisma na Igreja, fundando o donatismo que se desenvolveu nas províncias do Norte da África.

²⁶ COSTA, M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 134.

tornado impossível a formação da hierarquia religiosa e, subordinando a validade dos sacramentos à pureza de vida do ministro, teria exposto essa validade à dúvida constante²⁷.

Podemos perceber que tal heresia busca uma separação total, uma ruptura entre a Igreja e a hierarquia, contudo desde seus primórdios a Igreja é hierárquica, e isto não é algo negativo, mas pelo contrário, é bem positivo. Além dessas questões hierárquicas, surgiam grandes atritos porque os pelagianos levantavam questões sobre a veracidade dos sacramentos realizados pelos ministros que não fossem puros o suficiente para ministrar tais sacramentos. Sobre essa heresia Agostinho depois de ter se tornado bispo de Hipona, escreve esclarecendo alguns pontos e combatendo alguns ataques à Igreja:

Contra o Donatismo, Agostinho afirma a validade dos sacramentos independentemente da pessoa que os administra. É Cristo que opera diretamente através do sacerdote e confere eficácia ao sacramento que ele administra; não podem, portanto, existir dúvidas sobre tal eficácia. Além disso a comunidade dos fiéis não pode restringir-se a uma minoria de pessoas que se isolam do resto da humanidade [...] Assim Santo Agostinho via na universalidade da igreja a demonstração do facto do valor da mensagem cristã e ao mesmo tempo defendia essa universalidade contra a tentativa de a negar e de reduzir a comunidade cristã, como queriam os Donatistas, a um conventículo de isolados²⁸.

Na visão donatista a igreja não deve possuir nenhuma ligação com o Estado e na mesma não pode haver hierarquia, porque se houvesse qualquer ligação a isto, colocaria em risco a dignidade dos ministros por se corromperem com escolhas erradas. Talvez uma de grandes falhas tenha sido questionar a hierarquia da Igreja e pôr em dúvida a veracidade de seus sacramentos. Santo Agostinho sabiamente soube esclarecer e contra-atacar as falsas doutrinas apresentadas por essa posição herética.

1.1.3 Pelagianismo

Uma última grande heresia combatida por Santo Agostinho foi o pelagianismo. Esta heresia é caracterizada pela negação e/ou limitação da graça divina. Essa última polémica teve grande influência na doutrina de Agostinho levando-o a fixar o seu pensamento sobre o problema do livre arbítrio e da graça.

Antes de retornar a Hipona, enquanto caminhava no meio de um grupo de eclesiásticos, Agostinho conheceria pessoalmente Pelágio, um monge irlandês, o qual há pouco tempo vinha preparando um novo e grande problema doutrinário que a Igreja e Agostinho teriam que enfrentar – o pelagianismo. Esta seria a última, e talvez a mais pesada tarefa a ser enfrentada pelo bispo de Hipona antes de sua morte²⁹.

²⁷ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 275.

²⁸ ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. v. 2. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 192.

²⁹ COSTA, M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 144.

Tal doutrina recebeu este nome por ter sido fundada por Pelágio³⁰ no início do Século

V. Eis o que defende a doutrina pelagiana:

Sua doutrina dizia que o pecado de Adão não enfraqueceu a capacidade humana de fazer o bem, mas é apenas um mau exemplo, que torna mais difícil e penosa a tarefa do homem. Santo Agostinho combateu essa tese em muitas obras, a partir de 412, defendendo a tese oposta: de que toda a humanidade pecara com Adão e em Adão e que, portanto, o gênero humano é uma única "totalidade condenada": nenhum de seus membros pode escapar à punição a não ser por misericórdia e pela graça (não obrigatória) de Deus³¹.

O pelagianismo apresentou-se ao mundo romano como renascença do estoicismo, cujo princípio fundamental é a afirmação da onipotência moral da vontade livre do homem, que podemos traduzir pela fórmula: "tudo pode, quem quer, ou, mais absolutamente ainda, querer é poder", pela qual negava radicalmente a doutrina do pecado original, atribuindo-o apenas a Adão, e a necessidade da graça redentora de Cristo como caminho de salvação³².

No pelagianismo, portanto, encontramos a negação da graça, pois para tal doutrina o homem não sofre nenhum dano contra sua bondade frente ao pecado original, ou seja, para Pelágio a culpa de Adão não enfraqueceu a liberdade do homem e nem enfraqueceu a capacidade de fazer o bem, portanto, o homem, mesmo antes ou depois do pecado de Adão, é capaz de fazer obras boas somente com suas forças sem a necessidade do auxílio da graça divina. Todavia, se o homem não necessita da graça para sua salvação, então, a vinda de Cristo em sua obra redentora se torna inútil. Se o pecado não interfere na salvação do homem, então não haveria necessidade da encarnação do Verbo Divino, como da mesma forma não faria sentido buscar o Salvador na Igreja e em seus sacramentos.

Baseando-se nisso, Abbagnano ao citar Santo Agostinho nos diz que:

Frente a uma doutrina que se apresentava tão destruidora para a dogmática cristã e a obra da Igreja, Agostinho reagiu energeticamente, afirmando que com Adão e em Adão pecou toda a humanidade e que, portanto o gênero humano é uma só "massa condenada" e nenhum membro dela se pode substituir à devida punição a não ser pela misericórdia e pela não devida graça de Deus [...] O vigor com que Agostinho defendeu estas teses levou-o a não hesitar diante de nenhuma das consequências. Inclinou-se para um pessimismo radical sobre a natureza e a possibilidade do homem, considerado incapaz de dar o mais pequeno passo no caminho da elevação espiritual e da salvação³³.

Esta doutrina resultou em algumas trocas de cartas entre o Bispo de Hipona e Pelágio, nas quais se destaca o respeito e a gentileza entre ambos. Agostinho em suas cartas deixa sempre bem claro o pedido para que o outro se arrependa e abandone tal heresia, pede

³⁰ Pelágio foi um monge ascético que viveu entre os anos de 350 e 423. Foi o principal fundador do pelagianismo, sendo também condenado como herege pelo bispo de Roma e pelo concílio de Éfeso.

³¹ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 749.

³² COSTA, M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 147.

³³ ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. v. 2. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 193 - 194.

ainda que busque reconhecer a Graça de Deus, ou seja, sua intenção é fazer Pelágio reconhecer os erros cometidos por tal heresia. Em resposta às cartas de Agostinho, foi-lhe mandada uma obra de Pelágio com o nome *A natureza*. Isto fez com que o Bispo de Hipona escrevesse outro livro por volta do ano 415, intitulado *A Natureza e a Graça*.

Essas batalhas por cartas foram travadas por ambos, não somente entre eles, mas também, dirigindo-se a terceiros, como é o caso de Demetriadés, cuja filha Juliana começa a fazer parte da vida religiosa. Frente a isso, Agostinho lhe manda uma carta dando-lhe felicitações e advertindo-a da falsa doutrina. Escreve ele:

É necessário prevenir e fugir de certos pequenos tratados, que começam a se alastrar aos ouvidos e ao espírito de muitos. Seus autores – é preciso dizer com lágrimas – são inimigos da graça de Cristo. Pretendem persuadir-nos de que, mesmo a oração feita ao Senhor, para não cairmos em tentação, nos é desprezível. Querem exaltar a liberdade humana a tal ponto, que nos julguemos capazes de cumprir – sem o auxílio da graça – os preceitos divinos³⁴.

A esta mesma pessoa, Pelágio envia uma carta dando-lhe felicitações e, ao contrário do Bispo de Hipona, apresenta-lhe a sua doutrina: “Tens, Demetriadés, doravante, grande superioridade sobre as outras jovens. A nobreza de tua origem, e tuas riquezas provêm de teus pais e não de ti. Teus tesouros espirituais, ao contrário, a ti somente os deves”³⁵.

A carta continua, e nela Pelágio sustenta ser tudo possível para a vontade do homem, e que este não necessita da graça divina para elevar-se até à virtude e obter a salvação. Jesus não veio ao mundo para resgatar-nos do pecado original e, por conseguinte, da morte, mas somente para dar-nos exemplo e exortar-nos a buscar vida mais alta. O pecado original não existe. Os homens nascem bons e puros, como era o primeiro homem antes da queda. O batismo não é absolutamente indispensável, bem como não o é a oração. A observância da lei moral nos salva do mesmo modo que o Evangelho³⁶.

Na carta escrita por Pelágio vemos o ataque direto ao Cristianismo e às doutrinas cristãs. Um dos aspectos mais incisivos é a negação do pecado original, que afirma não existir e, de igual forma, nega a importância do batismo e da oração, uma vez que para ele o ser humano é capaz de alcançar a salvação pelas leis morais, da mesma forma que se alcançaria pelo seguimento do Evangelho. Considera que Jesus não veio trazer a salvação, mas simplesmente, mostrar um caminho reto através de seu exemplo. Foi essa falsa doutrina que Agostinho havia alertado em sua carta anterior.

Frente à tal heresia, a Igreja particular africana propõe um Concílio no ano 416 em Cartago.

³⁴ COSTA. M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 147-148.

³⁵ PELÁGIO *apud* COSTA. M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 148.

³⁶ COSTA. M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 148.

Os bispos africanos, dentre eles Agostinho, alarmados com a proliferação do pelagianismo no Oriente, convocaram um Concílio que foi realizado em Cartago, em 416, onde, além de condenarem o pelagianismo, assinaram um documento, elaborado por Agostinho, apresentando os erros de Pelágio e pedindo a condenação das teses pelagianas junto ao Papa Inocêncio I. Como resposta, o papa condenou explicitamente Pelágio e Celéstio³⁷.

A decisão do Papa Inocêncio I foi revogada pelo Papa Zósimo que o sucedeu, porém, ao entender os fundamentos de tal doutrina o repudia e confirma a condenação. Outro personagem que fez parte do pelagianismo foi Juliano que era bispo de Eclama e foi deposto do cargo episcopal.

Esta polémica trouxe uma marca importante para o pensamento agostiniano, donde seus escritos fazem sempre memória da ação divina, no plano salvífico do homem. Tal heresia chegou como uma afronta a todo o raciocínio feito sobre a liberdade, o livre-arbítrio e a ação da graça. Fundamentando-se nessas ideias, Santo Agostinho retoma o projeto salvífico para explicar a necessidade do auxílio da graça para a liberdade do homem, que só será plena quando alcançar a salvação eterna.

2. A relação entre liberdade e o livre-arbítrio em Agostinho

Ao analisar o conceito de liberdade, chegamos a pensar que existe uma ligação, ou propriamente, uma igualdade dela com o livre arbítrio. Diversas vezes encontra-se a expressão livre-arbítrio com um significado igual ao de liberdade. Para Santo Agostinho, a liberdade humana é graça divina, entendida assim como um presente de Deus ao homem. Esta liberdade humana é chamada a discernir frente ao livre-arbítrio.

Mas sobre a graça de Deus, pela qual de tal modo predestinou seus eleitos que ele prepara a vontade daqueles que já se utilizam em si mesmos do livre-arbítrio, nada se discutiu nestes livros, quando se tratou da questão em pauta. Quando houve oportunidade de se fazer menção da graça, foi feita de passagem, não como se tratasse de ser definida com raciocínios a propósito. Pois uma coisa é investigar de onde procede o mal, e outra investigar como se volta ao bem primeiro ou se chega a um maior³⁸.

Desde já, acrescentamos que somente o ser humano é dotado da capacidade do livre-arbítrio, só o ser humano é senhor de suas vontades, ações, desejos, enfim. Com isto, podemos concluir que os animais possuem somente o instinto, diferentes do ser humano eles não possuem a capacidade do livre-arbítrio e nem da liberdade.

³⁷ COSTA. M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 146.

³⁸ AGOSTINHO (Santo). *Retratações*. São Paulo: Paulus, 2019, p. 42-43.

Dada essa explanação inicial, deve-se deixar claro que existe uma diferença entre liberdade e livre-arbítrio, em suma, para Santo Agostinho o livre-arbítrio é a possibilidade de escolher entre o bem e o mal, já a liberdade é o bom uso do livre-arbítrio, ou seja, ele quer dizer que nem sempre o homem é livre quando põe em uso o livre-arbítrio. Neste sentido, o livre-arbítrio está mais direcionado à vontade³⁹. Já a vontade é um ato ou ação, enquanto o livre-arbítrio é uma faculdade. Santo Agostinho, no entanto, utiliza muito a expressão vontade livre para definir o desejo de escolha do ser humano.

2.1 A Liberdade e o livre-arbítrio

No livro *O livre-arbítrio* encontramos claramente o combate à doutrina maniqueísta, justamente porque, os maniqueus defendiam que o homem não tem culpa do mal e nem pode ser culpado pelo pecado, pois como vimos eles acreditavam em duas divindades sendo um deus do bem e outro do mal. Os maniqueus, portanto, negavam o livre-arbítrio da vontade e pretendiam fazer recair em deus a responsabilidade pelo mal e pelo pecado, ou seja, a pessoa não é livre nem responsável pelo mal que faz, este lhe é imposto pelas duas divindades supremas.

Santo Agostinho em um diálogo com Evódio⁴⁰ traz esses elementos errados apresentados pelos maniqueístas, e enfatiza que o problema do mal e do pecado não vem de Deus como eles afirmavam, mas, do próprio homem pelo uso da liberdade de escolha. Partindo da pergunta, em que consiste esta liberdade tão falada em Agostinho de Hipona? Gilson apresenta que ela “é apenas o bom uso do livre-arbítrio”⁴¹.

A introdução de *O livre-arbítrio* de Agostinho apresenta que:

Duas condições são exigidas para fazer o bem: um dom de Deus que é graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio não haveria problemas; sem a graça, o livre-arbítrio (após o pecado original) não quereria o bem ou, se o quisesse, não conseguiria realizá-lo. A graça, portanto, não tem o efeito de suprimir a vontade, mas sim de torná-la boa, pois ela se transformara em má. Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade. A possibilidade de fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas

³⁹ “A vontade às vezes foi identificada com o princípio da ação em geral, ou seja, com a apetição. O primeiro a expor esse conceito generalizado da vontade foi S. Agostinho, segundo quem ‘a vontade está em todos os atos dos homens; aliás, todos os atos nada mais são que vontade.’ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 1009.

⁴⁰ “Evódio apresentado no livro como o amigo e conterrâneo. Era este já homem formado quando conheceu Agostinho. Fora a princípio militar, tendo depois se dedicado às Letras. Convertido em Milão, recebeu o batismo pouco antes de Agostinho. Em 396, tornou-se bispo de Upsala, perto de Útica, na África proconsular. Morreu seis anos antes de seu mestre e amigo Agostinho em 424.” AGOSTINHO (Santo). *O livre-arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 12.

⁴¹ GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010, p. 308.

o poder de não o fazer é a marca da liberdade. E o fato de alguém se encontrar confirmado na graça, a ponto de não poder mais fazer o mal, é o grau supremo da liberdade⁴².

Como vimos nesta citação, só é possível fazer o bem por meio da graça pelo livre-arbítrio que é a capacidade de escolha entre o bem e o mal. A argumentação sobre a liberdade e o livre arbítrio foi tão eficaz que os pelagianos utilizaram desse argumento para fundamentar a sua doutrina, todavia, eles não compreenderam a fundo o que Agostinho queria dizer sobre tais elementos. Ao rebater essas interpretações por parte dos pelagianos, o Bispo de Hipona esclarece na obra *Retratações*:

Por isso, os novos hereges, os pelagianos, que de tal modo defendem o livre-arbítrio da vontade que não deixam lugar à graça de Deus, pois afirmam que ela é concedida de acordo com nossos méritos, não se envaideçam como se eu houvesse defendido sua casa, pelo fato de ter dito, nestes livros, a favor do livre-arbítrio, muitas coisas exigidas pelo assunto daquela discussão. Eu disse de fato, no primeiro livro, que os malfeitores são vingados pela justiça de Deus, e acrescentei: “Ora eles não seriam punidos com justiça se não tivessem sido praticados voluntariamente”. [...] E no segundo livro disse: “Porque o próprio homem, enquanto homem, é um certo bem, pois tem a possibilidade, quando o quer, de viver retamente”. E disse em outro lugar: “Não podemos agir com retidão a não ser pelo livre-arbítrio da vontade”. E disse no livro terceiro: “Será necessário investigar de onde procede esse movimento que desvia a vontade do Bem imutável para os bens mutáveis, já que reconhecemos que ele procede da própria alma e é ademais voluntário e, por isso, culpável. Assim, todo ensinamento a esse respeito deve ter como meta: considerar e reprimir tal movimento da queda para os bens mutáveis, e orientar nossa vontade a escolher os bens eternos, conduzindo-a ao gozo do Bem imutável”⁴³.

O ato voluntário tem para Agostinho forte influência na ação livre, neste sentido ao rebater os pelagianos, ele faz uma breve apresentação dos assuntos que escreveu nos três livros da obra *O livre-arbítrio*. A colocação sobre o Bem imutável ou bens eternos, assim como o bem mutável ganham espaço nas explicações de Agostinho:

No que se refere à sua explicação da vontade livre em *De libero arbítrio*, o que Agostinho mesmo diz nas *Retractationes* apenas que suas opiniões sobre a graça não foram desenvolvidas, não que suas opiniões sobre livre-arbítrio estivessem erradas. Pelo contrário, nas *Retractationes* ele afirma vigorosamente que os pelagianos estão errados em pensar que ele sustentou a visão do livre-arbítrio igual a deles, ou seja, uma visão do livre-arbítrio que faz a liberdade da vontade independente da graça divina. Portanto, por si mesmo, Agostinho não repudia sua visão básica da liberdade da vontade em *De libero arbítrio* mesmo durante a controvérsia pelagiana. Por isso vale a pena olhar com cuidado a sua teoria do livre-arbítrio nesse tratado *primevo*. Como Agostinho lembra os seus leitores nas *Retractationes*, ele afirma em *De libero arbítrio* que qualquer bem na pessoa humana, incluindo qualquer bondade na vontade, é dom que provém de Deus. Em sua opinião no *De libero arbítrio*, portanto, os seres humanos são incapazes de formar uma boa volição a não ser que Deus a produza neles ou coopere na sua produção. Contudo, quando os seres humanos querem pecar, segundo Agostinho eles são culpados⁴⁴.

⁴² AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 18.

⁴³ AGOSTINHO (Santo). *Retratações*. São Paulo: Paulus, 2019, p.43-44.

⁴⁴ MECONI, D. V; STUMP, E. *Agostinho*. São Paulo: Ideias & Letras, 2016, p. 211.

Os pelagianos utilizaram os argumentos de Agostinho, todavia, fazem uma interpretação errônea. O Bispo de Hipona chega à conclusão de que por não ter falado da graça, os pelagianos poderiam pensar que defendia as suas opiniões deles.

Nessas e em outras minhas palavras semelhantes, pelo fato de não fazer menção da graça de Deus, sobre a qual não se tratava então, pensam os pelagianos, ou podem pensar, que nós defendemos sua opinião. Mas em vão pensam assim. Pois é pela vontade que se peca e se vive retamente; esse foi o sentido dessas palavras. Portanto, a não ser pela graça de Deus, a vontade não pode libertar-se da escravidão pela qual se tornou escrava do pecado, e recebe ajuda para vencer os vícios; os mortais não podem viver com retidão e piedade. E este favor divino, pelo qual a vontade se liberta, se não vem antes dela, seria dado em vista de seus merecimentos, e não seria obra da graça, a qual, sem dúvida, é dada gratuitamente. Tratamos bastante deste assunto em outros de nossos opúsculos, refutando esses novos hereges inimigos da graça; embora também nestes livros intitulados *O livre-arbítrio*, que não foram escritos contra eles, que ainda não existiam, mas contra os maniqueus; não nos omitimos de forma alguma a respeito da graça de Deus que eles pretendem anular com criminosa impiedade⁴⁵.

O primeiro fundamento da liberdade apresentado por Agostinho é que ela deve buscar a verdade, é como se apresenta na Sagrada Escritura⁴⁶: “Se vos mantiverdes fiéis à minha palavra, sereis realmente meus discípulos, entenderéis a verdade, e a verdade vos tornará livres”⁴⁷. Enfim, Agostinho tem muito presente em si o conhecimento que Deus é a Verdade, por isso, apresenta que a liberdade primeira está direcionada para a busca da Verdade⁴⁸, pois só assim o homem será totalmente livre. Mostra que a liberdade consiste em estarmos submetidos à Verdade, ou seja, “É ela – a Verdade – o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição de pecado”⁴⁹ e acrescenta que a nossa alma só goza da liberdade quando está em segurança, isto é, em Deus que é a Verdade. O próprio Jesus assim o diz: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”⁵⁰.

Não existe dúvidas que a liberdade foi dada ao homem por Deus, mas junto à liberdade vem a capacidade de escolha pela qual o homem pode decidir fazer o bem ou praticar o mal. Isso pode nos levar a pensar que não foi uma boa atitude de Deus conceder tamanha responsabilidade ao homem, sendo que, Agostinho no diálogo com Evódio chega a discutir tal assunto. Também foi incisivo em afirmar que esta atitude divina de conceder ao homem o uso da liberdade, faz dele um ser superior e mais perfeito dentre as criaturas. Igualmente ao criar o homem Deus o fez à sua imagem e semelhança, logo, o homem deveria ser livre assim como Ele é.

⁴⁵ AGOSTINHO (Santo). *Retratações*. São Paulo: Paulus, 2019, p.46.

⁴⁶ Todas as referências e citações que fazemos das Escrituras se encontram na *Bíblia do Peregrino*. São Paulo: Paulus, 2017.

⁴⁷ Jo 8, 31-32.

⁴⁸ AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 28.

⁴⁹ AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 121.

⁵⁰ Jo 14, 6.

O homem é livre para fazer o bem ou não, mas ele não é forçado a praticar o mal⁵¹ se o fizer é sua culpa totalmente. Agostinho repetirá diversas vezes este argumento que faz cair por terra os argumentos dos maniqueus. Atribui toda a culpa do pecado ao ser humano e não a Deus. Nos seus argumentos haverá uma insistência incisiva relacionadas à bondade infinita de Deus, ele afirma que “sem o livre-arbítrio não haveria mérito nem desmérito, a glória nem vitupério, responsabilidade nem irresponsabilidade, virtude nem vício”⁵² tudo isto faz do ser humano o mais belo dentre as criaturas.

Deve-se sempre ter em mente que o homem foi criado por Deus puramente bom. Isto é enfatizado também por Gilson: “antes do pecado o homem levava uma vida cuja essência mesma era seu amor pacífico por Deus”, e ainda: “amando Deus sem esforços, o homem não cometia pecado algum”⁵³. Todavia, essa bondade foi corrompida pelo pecado de Adão e Eva que, com o desejo de ser como deuses, acabaram comendo o fruto que lhes era proibido, surgindo assim dentro de si o conhecimento do bem e do mal, como relata o livro do Gêneses⁵⁴.

A partir do momento em que o homem passou a conhecer o que desagradava a Deus, isto é, a conhecer o mal, ele também recebe a liberdade para discernir, escolher, emitir juízo sobre suas atitudes e desejos podendo assim escolher o bem. Esta escolha boa é feita pela liberdade, porque ao contrário do pecado que aprisiona o homem e faz com que ele siga somente seus impulsos como os animais sem razão, a liberdade impulsionada pela graça lhe concede a vontade livre, fazendo com que utilize bem sua inteligência e possa escolher o Bem maior.

O Bispo de Hipona em diálogo com Evódio, chega à conclusão de que sem a vontade livre o homem não pode viver na retidão e, justamente por isso, deve-se reconhecer que esta vontade livre é um bem, é um dom de Deus e deve-se condenar aquele que abusa de tal vontade⁵⁵. Gilson comenta sobre a vontade e o livre-arbítrio:

É verdade que toda liberdade encerra um perigo, mas a nossa é também a condição necessária para o maior dos bens que pode nos acontecer: a beatitude. Em si, a vontade livre não poderia ser um mal; tampouco é um bem absoluto, como a força, a temperança ou a justiça, dos quais não se poderia fazer mau uso sem destruí-los; ela é um tipo de mediano, cuja natureza é boa, mas cujo efeito pode ser mal ou bom segundo a maneira pela qual o homem o usa. Ora, o uso do livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio. Fonte de toda ciência, a razão conhece a si mesma; conservadora de todas as

⁵¹ AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 8.

⁵² AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 18.

⁵³ GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010, p. 281.

⁵⁴ Gn 3, 1-7.

⁵⁵ AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 136.

lembranças, a memória lembra-se de si mesma; mestra de todas as coisas de que dispõe livremente, a vontade livre é igualmente mestra de si mesma⁵⁶.

Podemos destacar aqui no trecho apresentado de Gilson, que a liberdade encerra um perigo, dado que ela parte simplesmente e puramente do próprio homem, ou seja, nem sempre o homem age somente de acordo com o bem. Em suas escolhas pode optar por algo que seja inferior e que não possuí um bom resultado. Vemos que o problema não está nas coisas em si, mas no uso que o ser humano, de forma livre, faz delas. Isto pode ser ilustrado com a água, em que tomar uma certa quantia é um bem, mas, precipitar-se em um rio sem saber nadar é um mal.

Não podemos, contudo, abstrair somente coisas negativas da liberdade, explica Gilson que é pela vontade livre que podemos chegar à felicidade e embora possamos utilizar dela para o mal, ela nos foi concedida justamente para fazer o bem e evitar o mal.

A vontade livre está relacionada às três verdades apresentadas por Agostinho: a) a existência de Deus; b) todos os bens vem Dele; e c) a vontade livre deve ser contada entre os bens recebidos de Deus⁵⁷. Estas três verdades quando são vividas profundamente, faculta-nos a tão sonhada felicidade que resulta da união entre a vontade livre, com o Sumo Bem. Tal felicidade leva o ser humano à verdadeira liberdade, àquela que escolheu somente o bem. É a recompensa eterna onde será feliz e tudo estará bem, de acordo.

Vale destacar que o ser humano está em busca desta felicidade em todos os tempos. Gilson afirma que todos almejam a felicidade e fazendo um jogo de palavras em relação a essa busca do homem, alerta, “aqueles que não têm o que desejam não são felizes, mas não se pode dizer que são felizes todos aqueles que têm o que desejam”⁵⁸. Analisando esse ponto de vista, é possível concordar com o autor justamente porque tudo irá depender do que o ser humano deseja para ser feliz. Facilmente o homem pode buscar a felicidade em algo passageiro, que não lhe satisfaz, uma vez que, de acordo com o nosso pensador, sua realização está no Sumo Bem e na aquiescência aos planos divinos.

⁵⁶ GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010, p. 277.

⁵⁷ AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 135.

⁵⁸ GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010, p. 18.

Considerações finais

O propósito desta pesquisa foi apresentar o conceito de liberdade do homem no pensamento de Santo Agostinho identificando até que ponto o ser humano é livre para fazer as suas escolhas. Para alcançar esse resultado, tivemos que realizar um longo percurso, perpassando por suas origens, influências, conversão e combates filosóficos e teológicos, analisando algumas de suas obras. Também não poderíamos deixar de destacar o maniqueísmo, justamente porque dele fez parte antes de sua conversão ao catolicismo. Vimos que a sua passagem do maniqueísmo para o cristianismo se deu também por forte influência de sua mãe, que por anos desejou a sua conversão e rezou para que ela se cumprisse.

Foi apresentado que a filosofia de Santo Agostinho está em íntima relação com a fé, não sendo sua preocupação traçar fronteiras entre a fé e a razão. Assim, os elementos filosóficos são sempre iluminados a partir da fé, por consequência, é impossível separá-los dos teológicos em seu pensamento. Na sua formação filosófica sofreu influência de Platão, sobretudo do neoplatonismo, a ponto de receber o nome de “Platão cristão”. É considerado assim porque renovou no cristianismo as investigações que fizera parte das especulações platônicas.

A sua doutrina é eminentemente teológica: os conceitos procedem de uma perspectiva essencialmente cristã, justamente por isto, combateu muitas heresias de seu tempo. Portanto, para entendermos as suas influências, fez-se necessário um aprofundamento em sua história e em seus combates filosóficos, dentre estas as heresias. Como vimos, as heresias traziam questões polêmicas e até mesmo controversas, Santo Agostinho confrontou-as e trouxe esclarecimentos baseada na fé cristã.

Vimos que por possuir o livre-arbítrio com o auxílio da graça, não obrigatória, de Deus, o ser humano pode agir com liberdade, mas toda vez que o homem escolhe o mal, torna-se escravo do pecado, ou seja, deixa de ser livre. Vimos também que ao mencionar o mal acabamos por falar da graça e do bem. Uma das conclusões de Agostinho é a de que tudo foi originalmente criado segundo a vontade de Deus e quando há o distanciamento das criaturas em relação ao criador, elas tornam-se iníquas. Neste sentido, a iniquidade é a perversão da vontade que gera o distanciamento do Sumo Bem, que é Deus.

Ao longo do trabalho, discorremos sobre a liberdade e o livre-arbítrio que, para o Bispo de Hipona, têm significado distinto. O livre-arbítrio é a possibilidade de escolher entre o

bem e o mal e a liberdade o bom uso do livre-arbítrio. Quer dizer que nem sempre o homem é livre quando põe em uso o livre-arbítrio. Todos nós nascemos com o livre-arbítrio da vontade, o que não quer dizer que já nascemos livres. O que nos faz livres é o bom uso desse livre-arbítrio que é inato em nós. Quando agimos com liberdade, somos livres até em um cárcere mas, se agimos contra a liberdade, nos tornamos presos em nossos caprichos, mesmos que livres.

Por fim, esta pesquisa ajudou a compreender melhor o conceito da liberdade em Santo Agostinho, reiterando principalmente, como já dissemos, a distinção entre livre-arbítrio e liberdade. Enfatizamos também a origem do mal que não provém de Deus, mas da escolha do homem. Isso nos provoca um sentimento pelo qual é preciso encarar com um novo olhar o posicionamento da humanidade atual, dado que ninguém é puramente mal, mas pode agir bem, com o auxílio da graça de Deus que a todos nós foi concedida. Dessa forma, o homem é responsável por acreditar na bondade dos outros, proporcionando-lhes, segundo suas condições, a oportunidade de agir com liberdade e, assim, procurar o bem.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABBAGNANO, N. *História da Filosofia*. v. 2. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- AGOSTINHO (Santo). *A graça (II)*. São Paulo: Paulus, 1999.
- AGOSTINHO (Santo). *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997.
- AGOSTINHO (Santo). *O livre arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.
- AGOSTINHO (Santo). *Retratações*. São Paulo: Paulus, 2019.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia do Peregrino*. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2017.
- BOEHNER, P; GILSON, E. *História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- COSTA, M. R. N. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- DE ALMEIDA, R. M. *História da filosofia medieval*. Curitiba, PR: FASBAMPRESS, 2021.
- DE CARO, M; MORI, M; SPINELLI, E. *Libero arbitrio: storia di una controversia filosofica*. Roma: Carocci, 2014.

- EVANS, G. R. *Agostinho sobre o mal*. São Paulo: Paulus, 1995.
- GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Fides et Ratio*: aos bispos da Igreja Católica sobre as relações entre fé e razão. São Paulo: Paulinas, 1998.
- JOLIVET, R. *San Agustín y el neoplatonismo Cristiano*. Buenos Aires: Ediciones CEPA, 1941.
- LOGOS, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. v. 5. São Paulo: Editora Verbo, 1992.
- MECONI, D. V; STUMP, E. *Agostinho*. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.
- RABUSKE, E. A. *Antropologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- DA SILVA, E. G. O tema da liberdade em Agostinho na obra o livre-arbítrio. *Reveleto*, v. 6, n. 10, jul/dez, 2012.